

Praça das Corporações: um Estudo Urbanístico da Cidade de Óstia

Maria Helena Abrantes Pitta

Résumé

Cet article a comme objectif faire un étude sur l'urbanisation de la ville d'Ostie et les rapports entre les pratiques commerciales, la place des Corporations et les représentations sociales.

A tendência historiográfica entre 1930 e 1960 restringia o estudo das cidades romanas na Antigüidade ao seu aspecto arquitetônico descritivo, ignorando na maioria das vezes o sentido, as representações sociais e o uso dos edificios públicos. Era muito mais um urbanismo detalhista, técnico, utilizando-se de uma retórica abstrata e “positivista”, centrada na análise dos aspectos físicos dos monumentos, como suas formas, estilos e marcos espaciais. O objetivo principal era a exaltação da grandiosidade romana e de sua arquitetura monumental. Assim, se enfatizava o “legado” deixado por Roma para as técnicas construtivas ocidentais.

Os estudos mais recentes sobre o urbanismo entretanto levam em conta não só o aspecto físico das cidades, mas também o entendimento das práticas sociais desenvolvidas nesses espaços urbanos. Desenvolvendo esta abordagem, podemos citar Aldo Rossi (1995: 17) que começa indagando porque não se analisou a arquitetura por esse seu “valor mais profundo”, como um fato humano que socialmente constrói a “realidade”. Mas, foi principalmente Kevin Lynch (1989: 36) quem representou melhor esse novo olhar sobre a cidade. Para ele, a cidade não é somente uma apropriação do espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. Todo cidadão possui numerosas relações com alguns lugares da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações do seu viver. Lynch explica no seu trabalho que os elementos “móveis” da cidade, especial-

mente as pessoas e suas atividades, fazem parte de um conjunto estreitamente relacionado com os “os elementos físicos e imóveis”.

A cidade pode ser compreendida visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis, uma estrutura física e integral, capaz de produzir uma imagem clara que desempenha também um papel social, podendo fornecer a “matéria-prima” para se analisar os símbolos, a memória coletiva, os elementos de formação de identidade e a comunicação entre os grupos.

A cidade é potencialmente um suporte de informação de uma sociedade complexa, principalmente em sociedades de comunicação predominantemente oral, quando o ver pode ter um forte significado expressivo, no sentido de representar de uma certa forma um discurso (LYNCH, 1989: 36).

Jean-Nicolas Corvisier (1993) procura caracterizar o urbanismo das cidades antigas (Grécia e Roma) através da ocupação e organização do espaço levando em conta o “habitat”, a dimensão, a densidade demográfica, a rede (malha) que se estabelece entre casas e outros tipos de edificações tais como: muralha, templo, santuários, “mercado”, oficinas, edifícios públicos e as vias que dão acesso ao campo e ao mar. Corvisier conclui que o urbanismo resulta: 1º- “habitat” sucessivos ou seja ocupação efetiva no tempo e no espaço; 2º- diferença entre o tipo/forma/uso do “habitat rural” e “habitat” urbano; 3º- as relações entre a densidade da população e a dimensão da cidade; 4º- a existência da pluralidade de atividades sociais; 5º- quando se estabelece a estreita relação entre urbano e “civilizado”. Michèle Brunet e Roland Etienne formam com outros pesquisadores da Escola Francesa de Atenas um grupo de arqueólogos que procuram traçar os elementos que tipificam o urbanismo greco-romano antigo. Os primeiros resultados deste trabalho foram apresentados no IFCS em 1997 por Roland Etienne numa conferência. Naquela ocasião, constatavam que o urbanismo antigo tinha uma opção preferencial pelos espaços de fácil acesso ao mar. Portanto, o urbanismo como objeto de pesquisa envolve uma série de novas abordagens entre as quais recortamos a Praça das Corporações da cidade de Óstia, na perspectiva do conceito de lugar, como concebe Marc Augé (1994).

Para Marc Augé (1994: 51), *“lugar é uma construção material e simbólica do espaço por uma sociedade. Lugares dão sentido/memória, possibilitam pensar, observar e dar inteligibilidade as coisas. Possuem três características: identitários, relacionais e históricos (marcos, lugar de memória, estabilidade mínima)”*. O autor (1994: 77) distingue lugar de espaço: *“o termo espaço, em si mesmo, é mais abstrato do que o de lugar. Ele se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância*

entre duas coisas ou dois pontos ou a uma grandeza temporal (espaço de uma semana)". Entretanto, há uma estreita relação entre eles na medida em que o espaço é visto como uma prática dos lugares, ou seja, "a organização do espaço e a constituição de lugares são, no interior do mesmo grupo, uma das motivações e modalidades de práticas coletivas e individuais" (AUGÉ, 1994: 50).

Por outro lado, trabalhar com urbanismo envolve historiograficamente uma tecitura com a economia e o conceito de "economia antiga". A discussão sobre "economia antiga" vem desde Louis Gernet em 1933, E. Will em 1954 e L. Valensi em 1982 entre outros. A questão de Gernet de como caracterizar a "economia antiga" grega parecia ter sido resolvida por Moses I. Finley em 1975. Mas, o modelo de Finley atualmente está sendo revisto, porque tratou a "economia antiga" como uma totalidade espacial e temporal, da Grécia Arcaica até a Antiguidade Tardia. O seu modelo privilegiou os elementos aparentemente recorrentes e com eles estabeleceu as seguintes características para a "economia antiga": 1º- visava a "auto-suficiência", 2º- os recursos essenciais vinham da agricultura; 3º- o comércio intervinha com "fraca" participação na produção global; e 4º- a economia antiga foi uma economia sem mercado. Os argumentos que sustentavam tal modelo de economia consistiam: 1º- a produção era, mais ou menos, a mesma em todos os lugares; 2º- o custo dos transportes era elevado, somente os produtos de luxo circulavam e mesmo assim a procura para tais produtos era pequena, desta forma, o volume dos produtos que circulavam era restrito e a atividade do comerciante era desprestigiada socialmente; 3º- as elites locais, mesmo nos grandes portos, preferiam a terra ao comércio; 4º- a cidade era mais um centro de consumo do que lugares de oficinas e/ou de comércio. Portanto, o processo de urbanismo resultava mais de um modelo cultural do que do crescimento econômico. Para Finley, as cidades, com exceção de Roma e Alexandria, eram apenas locais onde os proprietários fundiários moravam, tornando-se centros administrativos com poucas oficinas e mercados ligados à produção e ao consumo locais. As cidades eram essencialmente centros de consumo, de arrendamentos e de taxa, em que as atividades comerciais ou artesanais tinham pouco valor social no que toca ao prestígio do cidadão. Neste sentido, Finley trabalhou com o conceito de *status*. A sociedade era constituída por grupos de funcionamento político-jurídico e ideológico e não econômico, apoiados em oposição de *status* (cidadão/não-cidadão, livres/escravos, proprietários/não proprietários, jovem/velho, homem/mulher). Assim, o conceito de *status* permitia integrar valores culturais à análise econômica (Vide FLAMARION, 1986: 16).

O modelo finleyano de “economia antiga” começou a ser relativizado pelos estudos comparativos feitos por diversos especialistas, que demonstraram que a coerência da Antigüidade Clássica Greco-romana não era tão evidente. A partir de então, se iniciou uma luta acirrada entre partidários de Finley — os primitivistas — e os seus adversários — os modernistas.

Os debates giravam entre dois pólos. O primeiro sustentava uma concepção de “unidade da economia antiga”, ou seja, entre a época clássica das *póleis* e o início do Império Romano até a Antigüidade Tardia as relações econômicas não mudaram, por isso, deve-se privilegiar o modelo de continuidade a despeito das rupturas e das crises sócio-políticas. O segundo pólo do debate se dedicou à discussão do conceito de mercado no sentido abstrato do termo, o que Steve Kaplan chamou de “mercado principal”. Finley não aceitava a “economia antiga” como economia de mercado. Ele se negava a estudar o comércio antigo e suas transformações em função das noções de concorrência e leis de oferta e procura. Não aceitou a abordagem de M. Rostovtzeff e nem o artigo de D. Hollard, insistindo na ruptura que representou em matéria monetária a crise do III século. Sendo assim, a cidade-Estado antiga era em relação ao urbanismo uma “cidade de consumo” e não uma “cidade de produção”. Finley e C. Goudineau explicaram que a “cidade de consumo” era um centro urbano que não produzia nada para o campo e vivia às custas deste. O centro de consumo era um “centro parasita”.

Nesta discussão, Hinnerk Bruhns diz que o conceito de “cidade de consumo” de Finley não era o conceito de “cidade de consumo” apresentada por Max Weber. Explica que Weber chamou “cidade de consumo” por serem consideradas as atividades dos consumidores e não, as atividades dos produtores que existiam. Sendo assim, na “cidade de consumo”, o elemento privilegiado era a ocupação para o seu aprovisionamento.

Jean Andreau (1995: 947-960) sugeriu que se abandonassem os extremismos e se procurasse definir as especificidades dos gregos e dos romanos cujas economias eram sim pré-industrial e não capitalista, mas não se confundiam uma com a outra e nem com as da China, do Islã ou da Idade Média Ocidental. Quanto à ausência de um grande mercado, no sentido abstrato, Andreau considera que isto não interdita a existência de mercados parciais e que seriam necessários começar a pesquisar com maior verticalidade.

Certamente que os postulados básicos do modelo de Jones/Finley para a economia romana não podem ser descartados. Porém, julgamos que, em contradição com suas próprias idéias sobre a importância do nível político para a análise econômica, Finley subestimou o impacto na

economia das mudanças políticas ocorridas na bacia mediterrânea durante o final do primeiro milênio a.C. e os dois primeiros séculos d.C.

Nossa posição é que a economia romana foi capaz de se expandir ao longo do Principado e que esta expansão foi resultado da escala de integração promovida pelo tipo de relacionamento entre o centro e as províncias, sendo responsável pela manutenção do sistema político imperial romano, fugindo aos padrões do arquétipo generalizante proposto pelo modelo em discussão. Deve ser ressaltado, entretanto, que se tratou de um crescimento que não modificou estruturalmente a vida econômica.

O Principado pode ser entendido como um momento de vitalidade e regularização da vida econômica das províncias, após um longo e conturbado período de guerras civis e de desenfreada escala de exploração. Logo, a afirmação da existência de crescimento econômico nos parece bastante plausível diante das condições favoráveis oriundas da “Paz Romana”.

Objetivando acomodar este modesto crescimento, K. Hopkins, baseado em dados arqueológicos e na documentação textual epigráfica e literária, propõe uma adequação do modelo Jones/Finley, que implica numa reavaliação da interdependência e inter-relação do funcionamento do sistema político imperial romano com os pólos principais da análise econômica: produção e consumo, os quais encontram no comércio um elo essencial. Neste sentido, K. Hopkins demonstra a inter-relação existente entre o sistema tributário romano, o desenvolvimento do excedente produtivo das áreas provinciais, o incremento do comércio regional e inter-regional e o aumento da circulação monetária ao longo do Principado.

Prosseguindo o debate em torno da aplicabilidade do conceito de “cidade de consumo”, devemos mencionar as posições radicais desenvolvidas por Philippe Leveau (1983) que apresenta o modelo de “cidade gerenciadora”, C. Goudineau (1983) o de “cidade antiga organização de espaço rural e urbano” e Donald Engels (1990) o de “cidade serviços”. Todos trouxeram uma nova abordagem do tema e apresentam as diversidades do tempo, do espaço e das diversas conjunturas. R. Descat destaca que os textos gregos mostram que os helenos tiveram consciência da diferença da atividade comercial das cidades, entre o período de seu tempo (clássico) e o anterior. Para a prosperidade da *pólis*, era preciso o apoio da *chôra*, pois que não há *pólis* hegemônica sem recursos e sem complementaridade entre agricultura e os outros setores econômicos, na *asty*.

Com base nas constatações, que demonstram um crescimento da economia romana expresso pela maximização da atividade comercial e artesanal ao longo do Alto Império, e visto que cidade/urbanismo e a reflexão sobre a aplicabilidade de modelos generalizantes sobre a economia

antiga apresentam uma nova abordagem motivada pelos debates do modelo *finleyano*, objetivamos comprovar com o projeto de tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ, sob a orientação da Profa. Titular Dra. Neyde Theml, que as atividades comerciais e artesanais direcionaram o urbanismo da cidade de Óstia. Procuramos orientar nossa pesquisa para a análise dos padrões arquitetônicos, da forma, do uso e da representação do espaço tendo como base teórica os pressupostos apresentados por Jean Andreau (1995: 947-960) que propõe relativizar as discussões finleyana ao procurar as especificidades e a verticalização da pesquisa em estudos de caso.

Óstia aparece como cidade/porto no contexto de integração política e econômica no Alto Império. Isto ocorre a partir do momento em que se apresenta como um lugar estratégico pois como cidade/porto passou a canalizar o fluxo dos produtos oriundos das áreas conquistadas. Por esta razão, Roma passou a depender de Óstia para seu abastecimento. Podemos observar que o urbanismo em Óstia se desenvolveu no mesmo ritmo do crescimento das atividades artesanais e comerciais, isto significa dizer que o urbanismo ostiense incorporou um número muito grande de edifícios públicos que tornavam, por seu lado, visível a presença efetiva de Roma na orla do Mediterrâneo. Constatamos, seguindo este mesmo argumento, que as edificações tinham uma relação direta com o crescimento das práticas comerciais e artesanais e de sua eficácia com a política global do Império de integração/dominação.

A maioria da população ostiense estava diretamente ligada às práticas comerciais, quer seja a plebe urbana composta por artesãos e marceneiros, quer seja a aristocracia local composta por cidadãos que se enriqueceram através dos grandes negócios que se formavam. Talvez, possamos afirmar que não se nota em todo o Império uma cidade/porto tão complexa arquitetonicamente quanto a de Óstia, que passou a ser símbolo de pluralidade, heterogeneidade, integração e hierarquização da sociedade romana.

Na sua arquitetura monumental, coberta de edifícios públicos destinados aos comerciantes e artesãos, a Praça das Corporações se destacava não só por ser um espaço exclusivo para receber cerca de setenta representantes comerciais das províncias romanas que nela trabalhavam, como também por representar materialmente o alto nível de desenvolvimento alcançado pelo artesanato e pelo comércio dessa cidade/porto.

Partindo do pressuposto de que a cidade de Óstia e a Praça das Corporações podem ser consideradas como indicativos reveladores das práticas comerciais e artesanais articuladas ao sistema de integração im-

perial romano, resolvemos direcionar nossa pesquisa no sentido de encontrar os diversos tipos de relações entre a atividade comercial/artesanal, o urbanismo, a memória coletiva e a imagem que se construía da cidade.

Os autores antigos escreveram a história de Óstia e reforçaram a mensagem do crescimento destacando a sua transformação de um acampamento militar numa grande cidade/porto de Roma. Encontramos que Óstia foi fundada na época da Realeza por Anco Márcio para servir de colônia militar contra piratas estrangeiros; na República, tornou-se base naval para a marinha de guerra na luta contra Cartago e, no Império, transformou-se no porto estratégico da história romana, símbolo imperial.

Uma análise mais precisa sobre economia romana nos revela ter sido Óstia cidade/porto abastecedora de Roma desde longo tempo. Óstia, além do sal, recebia produtos advindos das províncias ocidentais, orientais e de todo o Império, portanto, lugar estratégico político-militar e símbolo do poder de Roma à medida que tornava visível: a segurança, a riqueza e o prestígio que os romanos podiam dispor e garantir as províncias e aos aliados.

A Praça das Corporações

O complexo teatro-praça da Praça das Corporações foi construído na época do imperador Augusto, tornando-se esta praça, em pouco tempo, num espaço privilegiado e exclusivo para práticas comerciais, lugar de encontro, lazer e memória social. Segundo Francesca Pasini (1986: 6), existia em Óstia dois núcleos distintos na urbanística da cidade. O primeiro era o Capitólio, “centro direcional e religioso”, o segundo era a Praça das Corporações, considerada como “centro direcional e econômico”. Esta praça possuía cerca de setenta “escritórios” (*stationes*), ocupados em sua maioria por representantes comerciais das províncias orientais e ocidentais do Império, que estavam encarregados de receber, fiscalizar e negociar os produtos advindos destas regiões tanto por romanos quanto pelos próprios comerciantes “estrangeiros”.

No centro da praça, ficava o altar em homenagem a Ceres e, em torno dele, foram erigidas várias estátuas representando os comerciantes e benfeitores locais mais expressivos. A organização do espaço e a constituição dos lugares no interior de uma sociedade revelam as práticas coletivas e individuais, isto porque os grupos sociais e os indivíduos, que constroem os lugares, simultaneamente produzem símbolos constituintes de identidade, de referências sociais e existenciais. Portanto, itinerários, ruas, cruzamentos, praças e a escolha do centro não são independentes,

eles representam uma combinação dos espaços que correspondem em certa medida a complexidade institucional, social, histórica e relacional da própria sociedade. A Praça das Corporações como centro fixo de Óstia, com o templo de Ceres circundado por edifícios públicos, por “escritórios” de comerciantes e artesãos, pelo teatro e pelos corpos/monumentos dos evergetas nos indica as relações de tensão constante entre pluralidade e identidade, sagrado e profano, público e privado, trabalho e lazer, encontros e memória (coletiva e individual). Todas estas relações são compatíveis com o uso e o sentido da própria praça, lugar de mobilidade, de movimento, e com a necessidade política de Roma de se impor através de Ceres como a dispensadora do trigo, a que afugenta a fome e as más colheitas. Ceres simbolicamente dá unidade a pluralidade da praça, propicia encontros, lazeres e sacraliza a ordem romana.

Ressalta-se ainda, como reforço da mensagem política de organizar a diversidade/pluralidade, o trabalho decorativo executado no piso desta praça, recoberto de mosaicos em preto e branco alusivos às atividades ali praticadas. Esses mosaicos de significativo valor imagético representavam divindades marinhas, golfinhos, navios dos mais diversos tamanhos, animais e produtos vindos das províncias, cenas de desembarque de mercadorias, inscrições que indicavam a procedência do comércio, cenas de embarcações chegando ao porto e tendo ao fundo o farol iluminado e indicando o caminho da cidade (ZÉVI, 1987: 57).

Sobre a Praça das Corporações, Carlo Pavolini (1986: 83) destacou que o extraordinário texto figurativo composto pelo conjunto de seus mosaicos, as inscrições musivas, as dedicatórias nas estátuas erigidas nos jardins no centro da praça em honra aos funcionários da *anona* ou de personalidades eminentes no campo mercantil, tudo contribuía para percepção imediata do peso central que o grande comércio marítimo exercia nas práticas e relações sociais de Óstia e o senso de abertura para o Mediterrâneo, talvez para o mundo, que se devia “respirar na cidade no ápice de sua existência”.

O estudo das importações em Óstia nos mostra um fluxo contínuo de mercadorias e a estreita rede estabelecida com o artesanato local. Essas inúmeras transações comerciais envolviam um número considerável da população ostiense posto que a maioria dos indivíduos estava em maior ou menor escala envolvidos nessas atividades, estabelecendo com isso um vínculo direto entre economia e sociedade. O horizonte comercial de Óstia parece não ter limites e, para termos uma idéia das mercadorias que chegavam ao porto, nos reportamos ao registro feito por Raymond Chevallier (1986: 136-137) dessas mercadorias com suas devidas procedências:

PRODUTO	PROCEDÊNCIA
Trigo	África do Norte, Egito, Narbona, Espanha, Ligúria, Sardenha e Sicília
Vinho	Campânia, Itália do Sul, Sicília, Espanha, Gália e Creta
Azeite	Espanha e África
Lentilhas	Egito
Presunto	Gália
Peixes	Nilo e Sicília
Molho de peixe	Espanha
Mel	Sicília e Ática
Vinagre	Egito
Queijos	Luni
Frutas exóticas	Síria, Damasco, África do Norte
Limão	África do Norte
Chumbo e ouro	Espanha
Mármore	Luni, Sicília, Grécia, Ásia Menor e África do Norte
Granito	Egito
Pedras	Sicília, Capadócia, Chipre e África do Norte
Madeira	Marrocos
Resinas	Espanha
Ébano	África do Norte
Cerâmica	Itália do Sul, Espanha, Gália e África do Norte
Areia	Egito
Tecidos	Bética e Egito
Escravos	Todas as províncias

É desnecessário dizer que a fiscalização e o controle sobre esses produtos eram feitos com rigor não só pela própria administração local como, às vezes, por representantes provenientes da própria Roma. Para que todas essas atividades comerciais pudessem ser exercidas com eficácia, foi preciso prover Óstia de edifícios públicos capazes de atender, como já nos referimos anteriormente, às necessidades de circulação, de estocagem, de abastecimento e de hospedagem, bem como e criar lugares de encontro e de lazer.

As construções públicas e privadas foram edificadas tendo em vista à atividade mercantil e, com isto, produziu-se em Óstia um padrão arquitetônico de forma, proporção e cores condizente com as especificidades locais — cidade/porto e entrada de Roma.

A urbanização da cidade, como ocupação e organização do espaço, criou um número considerável de lugares, tais como: mercados, lojas, instalações portuárias, entrepostos comerciais, apartamentos de aluguel e casas específicas para comerciantes e artesãos, sedes de “corporações de ofícios”, templos destinados às divindades protetoras dos artesãos e comerciantes. No aspecto de apropriação do espaço, a opção urbanística em Óstia foi um indicativo do alto nível de complexidade atingido pelo comércio, sendo esta atividade um fator de acumulação de riqueza. No nosso entender, a Praça das Corporações foi o marco arquitetônico, à medida que correspondia ao sentido de centro, aliando mobilidade e imobilidade. Óstia consegue revelar, através da sua construção monumental, a preferência política em entrelaçar cidade e porto, público e privado, sagrado e profano. Sem dúvida alguma, a Praça das Corporações foi um lugar social de reforço das práticas comerciais/artesanais implicando, todavia num lugar de tensão de valores éticos, visto que, de um lado, euforizava-se a ética do ócio com dignidade presente nos textos e, de outro lado, reforçava em pedra e mármore os valores de comerciantes e artesãos.

Francesca Pasini (1986: V-VII) na introdução de seu trabalho resalta que:

“a casa é em cada sociedade uma informação capaz de evidenciar não só a capacidade idealizadora artística, mas também o nível de agregação social e os fins políticos que estão na base do desenvolvimento de relações de produção determinadas, que explicam as relações existentes com o território urbano e com aquele mais especificamente produtivo (...) não se entenda a cidade como espaço arquitetônico e geográfico, mas como ponto de coagulação de um território produtivo onde se convergem as estâncias de classes que determinam a configuração real do espaço urbano e da tipologia da cidade”.

Conclui-se, portanto, que as evidências arquitetônicas encontradas na cidade de Óstia confirmam que a opção urbanística desta cidade atende às atividades comerciais e artesanais e as pessoas envolvidas nestas atividades. Procuramos com a nossa pesquisa trazer uma nova leitura dos documentos relativa aos marcos espaciais urbanos das cidades romanas antigas a partir do estudo de caso da cidade de Óstia, levando em consideração as relações possíveis entre economia, organização de espaço, organização de tempo, representações sociais e memória coletiva.

Bibliografia

- ANDREAU, J. Vingt ans après l'Économie Antique de Moses Finley. Paris, *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 50 (5): 947-960, 1995.
- AUGÉ, M. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- CARDOSO, C. F. S. Economia e Sociedades Antigas: Conceitos e Debates. São Paulo, *Clássica* 1: 5-19, 1988.
- CHEVALIER, R. *Ostie Antique: Ville et Port*. Paris: Les Belles Lettres, 1986.
- CORVISIER, J.-N. "Le phénomène urbain et son évolution en Grèce ancienne: tentative de synthèse". In: *Mesure et Comprendre-Melanges offerts à Jacques Dupaquier*. Paris: P.U.F., 1993, pp. 99-106.
- FINLEY, M. I. *A economia antiga*. Porto: Afrontamento, 1980.
- HOPKINS, K. Taxes and Trade in Roman Empire. *The Journal of Roman Studies* LXX., 1980.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARTIN, R. *Architecture et Urbanisme*. Roma: E.F.R., 1987.
- PARKINS, H. M. (ed.). *Roman urbanism beyond the consumer city*. London — New York: Routledge, 1997.
- PASINI, F. *Ostia Antica, Insule e Classi Sociale: I e II secolo dell'Impero*. Roma: Multigrafica, 1978.
- PAVOLINI, C. *La Vita Quotidiana a Ostia*. Bari: Laterza, 1986.
- ROSSI, A. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ZEVI, F. *Notizie degli Scavi di Antichità. Ostia — Piazzale delle Corporazioni. Supl. XXXII*. Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 1987.